

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS TEORIAS FEMINISTAS: possíveis caminhos para uma convergência necessária¹

Isabelle Hillenkamp, Isabelle Guérin e Christine Verschuur

As mulheres são majoritárias em várias iniciativas de economia solidária, tanto em países do norte quanto em países do sul. Tanto em grupos de produção artesanal ou agrícola, de troca local, finanças solidárias, associações comunitárias quanto no trabalho em cooperativas, sociedades mutualistas ou associações, as mulheres são geralmente sobre-representadas. Essa observação indica que a economia solidária, que baseia a organização da produção, do financiamento, das trocas e do consumo no princípio de reciprocidade em articulação com outros princípios descritos por Karl Polanyi (1983 [1944], cap. 4), como os de mercado, de redistribuição e de autossuficiência, é atravessada por relações de gênero. Resultam então, questões fundamentais como, por exemplo, saber se as mulheres encontram na economia solidária um caminho para a emancipação ou se a solidariedade entre mulheres, muitas vezes pobres, acaba reproduzindo os mecanismos da sua própria exploração.

Surpreendentemente, os trabalhos sobre a economia solidária (ES) se interessaram muito pouco, até o momento, por questões de gênero e teorias feministas. É certo que existe uma dificuldade em se referir a estes trabalhos no geral, tanto eles estão enraizados em contextos específicos e procedem de influências diversas. No entanto, fora algumas exceções (principalmente Guérin 2003; Nobre 2006; Guérin, Hersent e Fraisse 2011), fica claro que a maior parte dessas análises são centradas em outras categorias que as de gênero. Na melhor das hipóteses, os atores-atrizes e pesquisadores/as desse campo se contentam em afirmar que a diferença entre os sexos devem ser levadas em conta e que a igualdade de gênero é um objetivo da economia solidária. Porém, geralmente, a forma como essa economia é atravessada pelo gênero não é analisada em profundidade. Nos países onde a cooperação para o desenvolvimento tem um papel importante, as abordagens de “Gender and

¹ O texto original “Economie solidaire et théories féministes: pistes pour une convergence nécessaire” foi publicado na Revista de Economia Solidária da Associação Centro de Estudos da Economia Solidária do Atlântico, nº 7, p. 5-43. ACEESA, Ponta Delgada, outubro de 2014. Tradução de Nathalia Capellini.

Development” acabaram fortalecendo a visão simplista de que a economia solidária funciona necessariamente a favor das mulheres. Nesse caso, a economia solidária se encaixa nas proposições enunciadas pelo Banco Mundial de “smart economics” voltada às mulheres, que são amplamente criticadas pelos estudos feministas (ver, por exemplo, Bergeron e Healy 2013; Razavi 2012).

Paralelamente, a economia feminista denuncia há muito tempo o viés masculino das ciências económicas, questionando os seus modelos, métodos e valores subjacentes; revisitando suas categorias de análise, especialmente o trabalho para incluir o trabalho reprodutivo; ressaltando a multiplicidade de motivações; e considerando que tanto o gênero e a raça, enquanto construções sociais, quanto às relações sociais de gênero, classe e raça se inscrevem nas relações econômicas (Ferber e Nelson 1993; Folbre 1998, Castro-Gomez e Grosfoguel 2007). Os/as sociólogos/as e antropólogos/as feministas também estudaram no âmbito local diversas organizações de mulheres e suas práticas econômicas, sociais e políticas. A desconstrução das categorias e métodos dominantes feita nas pesquisas feministas, possibilita um marco a priori relevante para a análise da economia solidária. Igualmente, alguns trabalhos feministas tratam de práticas que podem ser qualificadas de economia solidária. Contudo, as categorias de análise feminista são raramente interligadas com aquelas da economia solidária. De maneira geral, a análise da relação produção/reprodução, por exemplo, não é relacionada com a análise dos princípios de reciprocidade, de redistribuição, de mercado e de autossuficiência² da economia solidária. Da mesma maneira, as iniciativas coletivas de mulheres foram questionadas sob o ângulo da autonomia e das possibilidades de transformação social, principalmente através das novas formas de ação política, mas esse debate foi pouco relacionado com aquele sobre as maneiras, conflituosas, de institucionalização de uma economia plural, debate central na economia solidária.

Esse artigo desenvolve a hipótese de que por um lado a economia solidária e por outro lado a economia, a sociologia e a antropologia feministas se desenvolveram em marcos diferentes, o que limitou as possibilidades de uma reflexão transversal. Se esses marcos estão longe de serem opostos e, se as abordagens resultantes se sobrepõem no

² Householding no texto original em inglês, traduzido em português como “domesticidade”. Preferimos aqui o termo de autossuficiência que explica o fundamento desse princípio, inspirado na distinção de Aristóteles entre produção para o uso e produção para o ganho.

estudo das mesmas práticas, eles, em geral, não são conectados para produzir uma reflexão articulada ao redor de categorias compartilhadas. Esse artigo tem como objetivo contribuir à emergência desse tipo de reflexão através da identificação das principais categorias e escalas empregadas na análise da economia solidária e na literatura feminista sobre as organizações de mulheres e suas práticas econômicas, sociais, políticas e também propondo pistas para uma reflexão transversal. É importante ressaltar a amplitude desses dois campos: o da economia solidária e o das teorias feministas. No presente artigo tratamos de sublinhar os debates centrais e os pontos de convergência e de divergência, e não de dar conta das nuances e variações introduzidas pelos/as múltiplos/as atores-atrizes de cada um dos campos.

1. DEBATES E CATEGORIAS DE ANÁLISE CENTRAIS NA ES

1.1. O VALOR DO LOCAL COMO POSTURA EPISTEMOLÓGICA

Se a economia solidária é fruto de influências tão diversas quanto o cristianismo social, a teologia da liberação, o socialismo utópico ou ainda a crítica do sistema-mundo capitalista, um dos seus fundamentos principais é o enraizamento local da ação e da observação. Contestando as relações de produção capitalista, ao mesmo tempo em que se distanciam das teses do socialismo centralizador, os/as atores-atrizes da economia solidária afirmam os valores locais como escala indispensável, ainda que não única, para enraizar as iniciativas na sociedade civil. Na Europa e na América do século passado, os projetos socialistas associativos de Pierre Leroux, Charles Fourier ou Robert Owen apoiaram a organização de produtores em grupos autônomos federados livremente, assim como nos anos 1920 em Viena, Karl Polanyi defende o socialismo das guildas. A renovação da economia solidária na Europa e na América do Norte nos anos 1970 acontece graças ao envolvimento dos/as cidadãos/ãs que reconstruiu um vínculo social concreto através de iniciativas, como por exemplo, os serviços de proximidade, os sistemas de troca, a autoprodução ou as cantinas coletivas (Eme e Laville, 2006). Nos anos 1990, a rede de pesquisa sobre empresas sociais – EMES teorizava essa renovação através de uma definição que enfatizava a governança participativa interna das empresas sociais, onde o poder de decisão não é baseado na propriedade do capital (Defourny e Nyssens, 2013). Na América Latina o “fator C»

(cooperação, comunidade, colaboração) foi reconhecido como o fundamento da economia de solidariedade (Razeto, 1997), e a economia popular, que se baseia na utilização pelos grupos populares da sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis localmente para satisfazer suas necessidades materiais e imateriais (Sarria, Icaza e Tiriba, 2006), é considerada como um terreno fértil para a economia solidária (Nuñez, 1996 ; França Filho, 2002).

Convém clarificar que se os projetos de economia solidária são enraizados no nível local, eles normalmente não visam um localismo, concebido como uma muralha contra agressões exteriores, especialmente aquelas causadas pela mundialização neoliberal. Se os atores da economia solidária criticam essa mundialização, eles geralmente situam suas práticas dentro de um projeto de formas alternativas de conexão e interdependência dentro de uma modernidade democrática, e não em uma utópica desconexão com o mundo. No contexto atual onde os níveis de regulamentação são interconectados, a preocupação com o nível local deve ser combinada com outros níveis de ação e institucionalização. No Brasil, por exemplo, o desenvolvimento da economia solidária à partir dos anos 2000, não é somente o efeito de uma “ascensão” do nível local, mas também de interações com o nível internacional no momento do Fórum Social de Porto Alegre em 2001 e com o nível nacional à partir da chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores em 2003. Nessa perspectiva, o significado das práticas locais na economia solidária deve ser analisado de maneira sistemática, considerando o lugar dessas práticas na interação entre economia popular, capitalista e pública (Coraggio, 2010) e a capacidade da economia solidária em estabelecer as bases de novas relações sociais, tanto no plano material quanto no plano subjetivo (Quijano, 2008).

Tanto as experiências quanto as perspectivas teóricas são diversas e se tornaram, sem dúvida, mais complexas desde a mundialização dos anos 1980. A verdade é que tanto para os atores, quanto para os pesquisadores, a escala local continua indispensável para diferenciar a organização solidária da empresa e das relações de produção, da capitalista. Essa diferenciação é feita na economia solidária através das formas singulares e muitas vezes inovadoras de organização, de modos de propriedade e de decisão. Mais do que um enfoque estreito no local enquanto nível de ação, o resultado é uma postura epistemológica que reconhece o valor do local e privilegia essa escala de

observação para apontar a especificidade de práticas que são ignoradas na análise da escala macroeconômica, dominante nas diversas correntes das ciências econômicas.

Uma vez que essa postura rechaça o determinismo, mas leva em consideração a diversidade da economia real (Gibson-Graham, 2005) e as identidades, valores e lógicas dos atores, ela tem a possibilidade de se deparar com as práticas solidárias, onde as mulheres representam a maioria, e entender as suas lógicas. No entanto, a prioridade dada à contestação do capitalismo na economia solidária conduziu, até agora, à uma análise dessas práticas sob o ângulo do estabelecimento de novas relações de produção, ao invés de novas relações de gênero (Hillenkamp e Bessis, 2012). A intersecção entre classe, raça ou etnia e gênero, salientada nos estudos feministas (Aguinaga 2014; Wanderley 2014), continua pouco estudada nesse campo.

1.2 PRINCÍPIOS DE UMA ECONOMIA PLURAL

A vontade de pôr em prática relações de produção não capitalistas, colocou a questão da conceptualização e das modalidades de realização de uma economia plural no centro das reflexões sobre a economia solidária. Quais condições permitem o desenvolvimento das práticas solidárias em um meio ambiente institucional dominado pelos princípios de mercado, pela lógica da acumulação capitalista e pela ideologia do *homo oeconomicus*? Precisamente, quais são os princípios da economia solidária, como eles podem se articular aos princípios dominantes das instituições de regulação macroeconômicas e qual é a capacidade instituinte da economia solidária?

Os trabalhos de Marcel Mauss, especialmente o Ensaio sobre o Dom (Mauss 1968 [1923]) que contesta as leis supostamente naturais do utilitarismo, e os trabalhos de Karl Polanyi, especialmente A Grande Transformação (Polanyi 1983 [1944]), que afirma a singularidade histórica e o caráter utópico de um mercado autorregulado, foram considerados as bases de uma teoria sobre a economia plural (Laville 2013). Na sequência do Movimento Anti-utilitarista nas Ciências Sociais (Caillé 1995), a ideia que mais teve repercussão na França e em outros países francófonos, foi a da lógica do dom e do contra-dom e de sua tríplice obrigação de dar, devolver e receber como um fundamento da economia solidária. O enfoque dado à obrigação possibilitou sair das

aporias que resultam da assimilação da solidariedade a uma lógica de interesse dissimulado ou de desinteresse. Em alguns países, como por exemplo na Bolívia, a tese de Mauss foi recuperada por autores (Temple et al. 2003) que opuseram a economia de reciprocidade fundada sobre o dom e a economia de mercado associada à acumulação capitalista. Todavia, a visão do dom, sobretudo quando se considera que ela ocorre em uma esfera de práticas isolada do princípio de mercado, não permite considerar o entrelaçamento entre os princípios de ação e as instituições na economia solidária, e acaba conduzindo, ela também, à aporias (Wanderley, 2013).

Atualmente, a visão de uma economia plural fundada de maneira sincrônica (Laville, 2007) nos quatro princípios de integração econômica identificados por Polanyi (1983 [1944], cap. 4), ou seja, a reciprocidade, a redistribuição, a autossuficiência e o mercado, torna-se cada vez mais importante em diversos trabalhos sobre a economia solidária. As nuances existem conforme os princípios são entendidos como modalidades de mobilização de recursos (Lemaitre, 2013), como modos de organização econômica associados a diferentes modelos institucionais (respectivamente a simetria, a centralidade, a autarquia e o mercado (Vázquez, 2013)), ou ainda como princípios de interdependência entre os quais a reciprocidade, que se funda sobre diferentes tipos de complementaridade instituídos, caracteriza a economia solidária (Servet, 2013). Apesar dessas nuances, esse enquadramento é considerado como adequado em diversos trabalhos para abordar a questão central da articulação entre as práticas solidárias fundadas em um princípio de reciprocidade, o princípio de mercado associado ou não à lógica capitalista, a redistribuição assegurada pelo Estado ou por instâncias públicas ou privadas em diferentes níveis e o princípio de autossuficiência, predominante, sobretudo nas unidades domésticas da economia popular (Coraggio, 2006; Hillenkamp, 2013b).

Esse enquadramento, inspirado em conceitos de Polanyi, também é teoricamente compatível com a análise feminista. A abordagem substantiva da economia proposta por esse autor permite, de fato, revelar e legitimar diferentes formas de produção e de circulação de bens e serviços, que elas sejam monetárias e mercantis ou não (Degavre e Lemaître, 2008). Além disso, Polanyi foi um dos primeiros a mostrar que a racionalidade dita econômica, ou seja, o engodo do lucro, é a consequência da sociedade de mercado que foi construída por uma série de intervenções, as vezes violentas, dos poderes públicos, e não o inverso como havia defendido Adam Smith. Por conseguinte,

a racionalidade do homo oeconomicus é uma construção e a reabilitação dos princípios de reciprocidade, de redistribuição e de autossuficiência permitem a consideração de outras lógicas e racionalidades fundadas na relação ao outro e não no egoísmo. Essa análise pode ser relacionada com a análise das construções das feminidades, associadas à relação com o outro, e a análise das masculinidades, ligadas ao individualismo e à competição (Benería, 1998). A distinção entre os princípios de mercado e não mercantis, declinados na reciprocidade, redistribuição e autossuficiência, que são transversais na obra de Polanyi, e a análise da economia solidária, são associadas à uma série de oposições de gênero, simbolicamente e culturalmente determinadas, como: racional / emocional, objetivo / subjetivo, fato / valor, competição / cuidado, material / ideal (Waller e Jennings, 1991) às quais podemos adicionar dominante / marginal, poderoso / vulnerável e que se inscrevem globalmente na dicotomia público / privado.

Essa proposição de uma análise de gênero dos princípios de integração econômicos necessita uma vinculação com a crítica feminista do duplo movimento da mercantilização e da proteção de Polanyi. A crítica da sociedade de mercado que desenvolveu Polanyi em *A Grande Transformação* o conduziu a considerar à mercantilização como uma categoria essencialmente negativa, oposta à proteção da sociedade, categoria essencialmente positiva, que opera através dos princípios de reciprocidade, redistribuição ou autossuficiência. Nancy Fraser (2013) destaca a ambivalência da mercantilização e também da proteção, mostrando as suas relações variáveis com uma terceira categoria essencial que é a emancipação. A proposição de Fraser de substituir a análise de um duplo movimento pela de um triplo movimento de mercantilização, proteção e emancipação, se prolonga então em uma concepção dos princípios de integração econômica que considera a relação ambígua de cada um deles com a emancipação.

Esses caminhos foram raramente explorados pela análise da economia solidária que se mantém focalizada na caracterização de seus princípios, nas tensões entre eles e nas condições de institucionalização de uma economia plural (Laville 2010; Hillenkamp 2013a). Ademais, a distinção entre mercantil e não mercantil é raramente colocada em paralelo com a distinção, relacionada mas diferente, entre produção e reprodução, que é central nas abordagens feministas (Guérin, Hersent e Fraisse 2011).

1.3 MUDANÇA SOCIAL: UMA CONCEPÇÃO RADICAL, GRADUAL E PLURAL

A crítica da modernidade capitalista, combinada à importância da escala local para a economia solidária, conduz a uma concepção da mudança social em tensão, que é ao mesmo tempo radical e gradual. Por um lado, a crítica das consequências, principalmente sociais e ambientais, da racionalidade e dos modos de acumulação capitalistas (Van Griethuysen 2010), leva à proposição de uma modernidade democrática que contesta radicalmente a modernidade capitalista e sua base materialista. O horizonte da economia solidária pode ser descrito como uma inversão de valores, cujas cartas e declarações testemunham, que requer novas concepções da utilidade social (Bouchard 2004) e da riqueza. Esse horizonte estabelece uma distância com certas posições feministas e se aproxima principalmente do feminismo marxista, que analisa as condições materiais da dominação capitalista e patriarcal, mas que considera a emancipação sobretudo através do assalariamento ou ao menos da atividade remunerada. Por outro lado, a posição da economia solidária converge com a posição das economistas feministas que, principalmente a partir de Marianne Ferber e Julie Nelson (1993), consideram que o objeto de sua disciplina é a análise do provisionamento (provisionning) em bens e processos necessários para a vida humana, que esses procedam do sistema capitalista ou não.

Se a visão da mudança social na economia solidária é radical por sua crítica ao capitalismo e pelos valores, modelos e instituições democráticas aos quais ela aspira, ela não deixa de ser gradual em função da atenção dada à escala local e à pluralidade de princípios econômicos. Certamente, em relação a esse ponto, diferenças consideráveis existem, principalmente sobre se a pluralidade deve ser considerada em termos de complementaridade e de hibridação de recursos, como nas teorias do terceiro setor, ou em termos de conflitualidade que invocam uma transformação material e subjetiva das relações sociais, como por exemplo na teoria da colonialidade do poder (Quijano 2008; Marañon 2012; Aguinaga 2014). Mas em geral, as abordagens da economia solidária compartilham da crença sobre o potencial de mudança social e de emancipação das

alternativas plurais ao capitalismo, em oposição à alternativa do socialismo centralizado (Sousa Santos e Rodriguez 2013).

Essa postura é indissociável de uma apreciação crítica sobre a viabilidade dessas alternativas, combinada a um olhar sobre as mudanças possíveis que não se limite ao que existe de fato. Por um lado, é verdade que as iniciativas da economia solidária são frequentemente emergentes e frágeis, a fortiori quando as iniciativas de mulheres ocorrem em contextos que podem ser hostis, inclusive em relação aos movimentos que se consideram alternativos mas que ignoram as relações sociais de sexo (Côté 2013). As iniciativas de mulheres não têm necessariamente, e nem tampouco geralmente, a mudança social como objetivo inicial (Guérin, Harsent e Fraisse 2011), mas esse objetivo pode aparecer durante processos de ação coletiva que colocam as relações sociais de gênero em perspectiva (Hainard e Verschuur 2005; Saussey, 2014; Verschuur 2012). A análise da economia solidária deve levar em conta essa fragilidade tanto quanto essas trajetórias, muitas vezes caóticas e desencorajadoras, das iniciativas. Por outro lado, a análise - e a ação - na economia solidária, demandam uma postura utópica, no sentido de uma exploração das potencialidades que visam “a superação dos limites sociais e econômicos impostos na realidade” (Cattani 2006: 653). A armadilha do “fundamentalismo da alternativa”, que conduz à “rejeitar proposições que, nascidas dentro do capitalismo, abrem mesmo assim o caminho a uma orientação não capitalista e criam enclaves de solidariedade dentro do sistema” (Sousa Santos e Rodriguez 2013: 133) só pode ser evitada pela “hermenêutica da emergência” que substitui a hermenêutica do ceticismo (ibid.) e ao se adotar uma postura possibilista (Hirschman 1995).

Essa postura converge com algumas posições feministas, principalmente as do feminismo popular e do local feminism, que enfatizam a capacidade de ação das organizações de mulheres nos seus territórios de vida, sem necessariamente ter como objetivo principal de acabar com o sistema patriarcal ou capitalista. As zonas negligenciadas pela modernização, especialmente o “conjunto disparate de práticas e registros econômicos que estão no mesmo tempo dentro e fora do mercado” (Degavre 2011: 78) no qual as mulheres estão inseridas, ocupam nessa postura um lugar central. Essas posições contém as sementes de uma aproximação entre a economia solidária e os movimentos populares de mulheres dos países do Sul, o que já pode ser observado nas

alianças existentes em certos países como o Equador (Aguinaga, 2014) ou a Bolívia (Rousseau, 2011). Será essencial observar a sua capacidade de se concretizar nas experiências e de se perpetuar para produzir uma transformação das relações de produção e de gênero.

2. O OLHAR DOS ESTUDOS FEMINISTAS SOBRE AS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES E SUAS PRÁTICAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E POLÍTICAS

A complexidade e a riqueza tanto do pensamento feminista, quanto da heterogeneidade das mulheres – diversas, de acordo com as articulações de classe, raça, casta, etc. - foram durante muito tempo desconhecidas, sobretudo nos estudos econômicos. As práticas e reflexões sobre as organizações de mulheres, frequentemente invisíveis ou consideradas insignificantes e sem legitimidade acadêmica, alimentaram as reflexões dos/as pesquisadores/as que reivindicam o feminismo e que elaboraram o conceito de gênero. Encontros, estudos, pesquisas e publicações sobre as lutas e manifestações diversas das organizações de mulheres e movimentos feministas, principalmente dos países do Sul, de migrantes e de subalternas, ajudou a reconhecer-lhes mais facilmente e a compreender melhor a dimensão de gênero de suas práticas, de suas contribuições teóricas e o seu lugar na história econômica.

2.1 ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NA HISTÓRIA E NA CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO

Louise Tilly e Joan Scott (1978) mostraram como as historiadoras de mulheres e do gênero mudaram a percepção das problemáticas sociais e a história social. As pesquisas de historiadoras sobre as operárias da indústria de calçados da Nova Inglaterra no século XIX, sobre as fabricantes de cigarros, sobre as operárias na tecelagem de tapetes, na fiação de algodão nos países do Sul ou ainda nas tecelagens, revelaram quanto o papel das mulheres nos conflitos laborais ou mesmo no processo de industrialização foi negligenciado. Estes estudos também permitiram a análise das diferenças entre as culturas masculinas e femininas de trabalho e as tensões entre o trabalho de operária e o trabalho doméstico. Os trabalhos das historiadoras feministas abriram o caminho para que se estude não somente a elite, mas também as pessoas

comuns, as mulheres e as relações sociais de sexo. Esses trabalhos introduzem a categoria de gênero tal qual definiu Scott, focalizando-se no significado, no poder e na ator-a. Ao considerar as experiências das mulheres como um fato histórico que deve ser descoberto e descrito, as mulheres passaram a serem vistas como sujeitos sociais, cujas vidas têm interesse, tanto como membros de suas famílias quanto como trabalhadoras, membros de organizações e movimentos sociais.

Pôde-se observar a formação de organizações de mulheres cientes das discriminações desde o século XIX, em diversas partes do mundo e em grupos de afiliações diversas. Que sejam grupos de mulheres escravas, operárias ou burguesas, socialistas, pacifistas ou migrantes, essas organizações lutaram pelo direito das mulheres e contra as desigualdades de poder, elas reivindicaram a igualdade entre mulheres e homens tanto no espaço público quanto no privado e desenvolveram redes e atividades múltiplas, não somente no campo político e social mas também no campo econômico.

As atividades das organizações de mulheres precederam o aparecimento da palavra feminismo, adotada em 1892, em Paris (Bard 1999). No início, os movimentos feministas foram associados às lutas pelo direito ao voto das mulheres (as “sufragetes” na Europa, Estados-Unidos, China etc.) e também aos movimentos pela paz (as “peacettes”), durante a Primeira Guerra Mundial (Gaspard 2000). No Irã e também na Índia, as associações pela emancipação das mulheres, fundadas no começo do século XX e constituídas principalmente de mulheres da elite, reivindicaram o voto das mulheres e a promoção da educação das meninas, exigências que deveriam contribuir com as mudanças reivindicadas. As lutas das operárias, na França (Flora Tristan 1838 [1979]), na Argentina (Voz de la Mujer, 1897) e em diversos outros países, desde o fim do século XIX, contribuíram com uma visão crítica sobre as relações desiguais com os homens, não somente os patrões, mas também os maridos. É evidente que as questões prioritárias das diferentes organizações ou movimentos se alteram, de acordo com os países, os momentos históricos e com a associação à diferentes classes ou raças.

Nos anos 1960, o movimento das mulheres tomou consciência da opressão específica causada pelo trabalho gratuito e invisível realizado pelas mulheres. Os estudos feministas mostraram que as análises que se limitavam às relações de classe,

não permitiam explicar a persistência da subordinação das mulheres (Delphy, 1970; León, 1980). Chistine Delphy, na sua teoria sobre o “trabalho doméstico” e o “modo de produção doméstico”, colocou o problema da extração do trabalho gratuito das mulheres e a permanência da opressão das mulheres. O patriarcado, como um sistema autônomo de exploração e de dominação, é segundo a autora o “inimigo principal”.

Nesse mesmo período, as organizações de mulheres afrodescendentes, migrantes, indígenas ou de castas consideradas inferiores impuseram suas análises, pois consideravam que os movimentos feministas ditos “hegemônicos” não levavam em conta seus pontos de vista, prioridades e condições específicas. Esses grupos desafiaram as representações “coloniais” “da” mulher: silenciosa, impotente, relegada às tarefas domésticas, que não seria capaz de se organizar e nem de tomar consciência das causas dos problemas que a afetam (Hill Collins, 2010; Mohanty, 1988; Dorlin, 2008). O movimento do black feminism nos Estados Unidos e também algumas organizações brasileiras exigiam que se considere melhor as condições e as lutas das mulheres negras. Uma organização de trabalhadoras domésticas, que são em sua grande maioria mulheres negras, tinha sido fundada nos anos 1930 no estado de São Paulo para defender o direito dessas trabalhadoras (Carneiro 2005).

A influência das organizações de mulheres foi determinante para a implantação dos estudos feministas, para a constituição de diversas instâncias nacionais e internacionais sobre este tema e para o avanço das legislações nacionais e convenções internacionais sobre os direitos das mulheres (por exemplo a Convenção 100 da OIT em 1951 “a trabalho igual, remuneração igual”, ou a Convenção 189 da OIT de 2011 para as trabalhadoras e trabalhadores domésticos). As grandes conferências internacionais de mulheres e pela paz organizadas pelas Nações Unidas, com seus fóruns paralelos, reuniram milhares de organizações de mulheres, de movimentos e de universitárias feministas possibilitando a constituição de redes, como a DAWN (Development Alternatives with Women for a New Era) , a WLUML (Women Living Under Muslim Law) ou a Marcha Mundial das Mulheres. Essas redes enfatizam tanto os direitos políticos, sociais e culturais quanto os econômicos. As associações e os grupos econômicos de mulheres de base defendiam a ideia do empoderamento, definida inicialmente como processos coletivos de questionamento das relações desiguais de

poder e como a construção de práticas políticas e de espaços econômicos de defesa de direitos.

Nas décadas após a Segunda Guerra Mundial, no âmbito do que foi chamado desenvolvimento, foram criados programas de cooperação que visavam em particular as mulheres e foi constituindo-se um campo de saberes sobre “mulheres/gênero e desenvolvimento”. Compreender as diferentes fases que se sucederam ajuda a entender a relativa fraqueza ou o viés que existe hoje no estudo das dimensões de gênero das práticas econômicas e sociais das organizações de mulheres.

2.2 ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NO CAMPO DOS SABERES: “MULHERES/GÊNERO E DESENVOLVIMENTO”

Em um primeiro momento, relacionado às reivindicações dos movimentos feministas, a questão era reconhecer o trabalho invisível feito pelas mulheres e principalmente aquele feito pelas mulheres camponesas no terceiro mundo (Boserup, 1970, Beneria 1975, León 1980, Sen 1981). O “viés masculino” do desenvolvimento foi denunciado na 1ª Conferência Internacional das Nações Unidas sobre as Mulheres no México em 1975 (Pronk 1975, Elson 1991). A partir de suas pesquisas de campo, os/as antropólogos/as enfatizaram a importância da manutenção das relações sociais de tipo domésticas articuladas com as relações sociais capitalistas, que permitem ao sistema capitalista de prosperar (Meillassoux 1975) graças a construções sociais de gênero e de raça. Nessa fase também se desenvolveram trabalhos de economistas e sociólogos/as feministas sobre a economia do cuidado, onde criticavam os postulados das disciplinas econômicas que não reconhecem o valor do trabalho doméstico e sua “incapacidade de se interessar pelas identidades e ações coletivas fundamentadas no sexo ou nação, na raça ou classe” (Folbre 1997, p. 11).

Num segundo momento, os trabalhos se focalizaram nas transformações das relações sociais de sexo associadas à nova divisão internacional do trabalho, esta ligada à mundialização. Diversos estudos tratavam da integração das mulheres nas indústrias de transformação delocalizadas, da feminização do proletariado, da parte crescente das mulheres na economia informal das cidades e da feminização das migrações (Beneria,

1982 ; Kabeer, 1995 ; Federici, 2002 ; Sassen, 2005). A economia do cuidado foi analisada em relação à nova divisão internacional do trabalho (Razavi 2007; Hochschild 2002; Verschuur e Reysoo 2005).

Em um terceiro momento, o foco foi nas identidades e nas lutas por direitos, a nível doméstico, local ou global, no contexto da mundialização e da nova divisão internacional do trabalho (Mohanty 1988, Federici 2002, Molyneux e Razavi 2005, Viveros 2002). Impulsionadas pelas organizações de mulheres e pelos movimentos feministas populares, dos países do Sul, de migrantes ou de minorias, as reflexões sobre a imbricação entre classe, casta, raça e gênero foi reavivada assim como as reflexões sobre a construção social das masculinidades. As críticas sobre a marginalização dos homens nos programas de cooperação e a falta de questionamento sobre as “masculinidades hegemônicas”, que já haviam sido identificadas, reaparecem (Goetz 1989, Connell 2005 Cornwall 2000, Verschuur 2000).

As perspectivas feministas descoloniais (Verschuur e Destremau 2012), inspiradas pelos/as pesquisadores/as da América Latina, questionam não somente as dimensões simbólicas, construídas e culturais das relações de gênero, classe e raça, mas também suas dimensões econômicas e sociais. Essa perspectiva não quer desertar o campo das lutas concretas, se interessando assim pelos lugares e práticas específicas, a partir das quais os grupos de mulheres subalternas tomam a palavra ou agem, tanto a nível doméstico que a nível local ou global.

2.3 ORGANIZAÇÕES DE MULHERES E REPRODUÇÃO SOCIAL

Os programas de cooperação se interessam de maneira instrumental pelas atividades econômicas das mulheres, consideradas como um recurso mal explorado. A época dos projetos de “geração de renda”, as vezes individuais, as vezes coletivos, associados aos programas de ajuste estrutural, que já implicavam uma sobrecarga de trabalho reprodutivo para as mulheres, resultou num aumento considerável da carga de trabalho geral das mulheres. A educação das meninas e mulheres foi imaginada como uma maneira de “salvar a humanidade” (ver os vídeos sobre o “girl effect” feitos por agências de cooperação para o desenvolvimento e fundações para reduzir a pobreza).

Confrontados às críticas sobre a exploração excessiva das mulheres e sobre o fracasso desses programas, as agências propuseram programas econômicos ditos de empoderamento das mulheres, inspirados nas propostas das organizações de mulheres. Porém, nem o conteúdo desses programas, nem o seu método correspondiam àquelas propostas iniciais. Por causa de seus princípios e valores subjacentes, do seu enfoque frequentemente individualista, do seu método top-down e da inexistência de análises sobre as relações de poder, todo potencial transformador das proposições das organizações de mulheres foi esvaziado nesses programas. Eles representaram uma nova sobrecarga de trabalho para as mulheres solicitadas e, muitas vezes, um aumento de sua subordinação. As discussões sobre o potencial de empoderamento ou de emancipação das mulheres devido a sua integração ao mercado de trabalho assalariado não foram objeto de um consenso entre as feministas (Kabeer 1994, 1995, 2001). A ênfase desses programas era geralmente dada às atividades econômicas, sem considerar o trabalho reprodutivo.

A crise da reprodução social (crises econômicas, e o fato de o Estado não assumir as suas responsabilidades) aumentou consideravelmente as atividades das mulheres subalternas nessa área. Diversos projetos de assistência (planos sociais governamentais, projetos de cooperação) visaram especificamente às mulheres - consideradas como responsáveis do bem-estar da família - para que elas se encarreguem das tarefas de reprodução social. Assim, vimos florescer projetos de apoio à atividades coletivas nessa área, concebidos muitas vezes de maneira espontânea ou inscritos em planos sociais, como a alimentação (comedores populares ou distribuição de cestas básicas) ou a gestão do lixo e das creches (mães comunitárias³), etc. Esses múltiplos projetos eram vistos como atividades da esfera do reprodutivo, associados ao feminino e, de maneira geral, realizados por mulheres de condição subalterna, mal ou não remuneradas. Os movimentos feministas raramente se interessaram por esses projetos, as vezes até se opuseram, considerando que eles fortaleciam a subordinação das mulheres, sua exploração e não permitiam a transformação das relações de gênero. Alguns, no entanto, tiveram um efeito transformador devido aos espaços econômicos, de negociação e de poder que eles abriram indiretamente. Porém, esse efeito foi frequentemente efêmero por causa dos efeitos negativos das políticas públicas ou da

³

NT: mães crecheiras

concorrência com outros atores econômicos situados em um lugar mais vantajoso do processo de globalização (Verschuur 2012).

Várias atividades econômicas de mulheres também se ampliam, como mostram as historiadoras das mulheres ou as antropólogas, sociólogas e economistas feministas. Muitas vezes, essas atividades não suscitaram nenhum apoio ou interesse da parte dos responsáveis pelos programas de assistência e de políticas públicas e foram submetidas a uma concorrência desigual no processo de globalização. Integradas aos sistemas econômicos dominantes, essas mulheres desenvolvem estratégias de gênero, em coletivos ou em redes, que satisfazem as relações de gênero, classe e raça nas quais elas se inserem. Dessa maneira, pode-se evocar os programas de construção popular no Brasil (Bisilliat 1995), as oficinas coletivas em Lima, no Peru (Ypeij 2002), as práticas de tontina ou alguns agrupamentos de interesse econômico na África (Guérin 2003, Hainard e Verschuur 2003, 2005), as iniciativas de grupos de autoajuda ou grupos afiliados a SEWA na Índia ou grupos de tecelagem no Sri Lanka (Postel e Schrijvers 1980), as atividades de grupos de mulheres comerciantes na ferrovia Bamako-Dakar (Lambert 1993) ou os grupos de comércio justo das mulheres indígenas na Bolívia (Charlier 2011 ; Wanderley 2014). Como mostraram as historiadoras em seus trabalhos sobre as operárias no século XIX, podemos observar as dimensões simbólicas, das práticas e das culturas de trabalho que diferem das formas de produção capitalista em função do gênero, da classe e da raça, do pertencimento a um território ou a uma rede, das maneiras de se conectar ao contexto político e social global e dos questionamentos sobre as relações de poder e sobre as capacidades de ação.

2.4 DAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES À ECONOMIA SOLIDÁRIA

Portanto, as construções sociais e culturais de gênero, de classe e de raça e as relações de poder entre homens e mulheres, assim como entre as mulheres, que se expressam nas desigualdades da divisão sexual do trabalho, na atribuição de campos considerados como masculinos ou femininos, nas restrições estruturais em matéria de integração das mulheres na economia mundial, mas também na vontade de se constituir enquanto sujeito de sua própria história, imprimem limitações e abrem espaços específicos, tanto simbólicos quanto institucionais, estruturais e pessoais (Scott 2000)

para as atividades e organizações das mulheres. Para lidar com essas condicionalidades, elas implementam lógicas econômicas, de princípios e valores com uma perspectiva de gênero. Suas atividades levam em consideração o cuidado com os outros, os vínculos sociais, a interdependência e a sustentabilidade. Essas atividades se desenvolvem muitas vezes na intersecção entre o domínio produtivo e o reprodutivo. As mulheres que realizam essas atividades se organizam geralmente em grupos ou tecendo redes nos seus territórios de vida.

As organizações de mulheres e os movimentos feministas participaram de maneira ampla nas contestações das ordens ideológicas, políticas, econômicas, ambientais, sociais, familiares e de gênero sobre as quais se apoia a mundialização do capitalismo. Elas contestaram o declínio das ações públicas nas políticas sociais, as degradações ambientais, a desvalorização do trabalho das mulheres, as desigualdades da nova divisão internacional do trabalho e o acesso aos espaços de poder. Elas também desenvolveram práticas econômicas que não são dissociadas do social e que merecem ser melhor analisadas com base nas contribuições dos/as economistas, antropólogos/as e sociólogos/as feministas, como dos/as economistas especialistas em economia solidária. Trata-se então de aprofundar e criar convergências, de aproximar os quadros conceituais e as categorias de análise dessas diferentes abordagens para avançar na análise das questões centrais em torno da organização da reprodução social no contexto da mundialização. Basear-se na análise dessas experiências pode contribuir para a formulação de proposições de modelos diferentes, para a constituição de relações sociais que não se fundamentam na exploração do trabalho de pessoas de gênero, classe ou raça de categorias subalternas e que levam em consideração o território, mas também o nível global, o imediato e também o longo prazo. Em último caso, se trata de recolocar as questões sobre a organização da reprodução social e do poder no centro da análise.

3. ALGUMAS PISTAS DE INVESTIGAÇÃO PARA UMA REFLEXÃO TRANSVERSAL

Esse rápido levantamento do quadro analítico da economia solidária e das abordagens feministas nos sugere três pistas para linhas de investigação transversais.

3.1 A PRODUÇÃO E A REPRODUÇÃO NA ES

Diante da nova divisão internacional do trabalho, das políticas de austeridade e também da urgência ecológica, a questão da articulação entre “produção” e “reprodução” se mantém extremamente atual, ao mesmo tempo em que adquire formas inéditas. Como mencionamos no tópico precedente, a pesquisa feminista não cessa de denunciar a renovação das formas de exploração. As mulheres, principalmente as de categorias subalternas, têm que assumir cada vez mais as responsabilidades por atividades de cuidado, tanto de outras pessoas, quanto da natureza. Contudo, observam-se também iniciativas inovadoras que buscam compartilhar, revalorizar e também des-domesticar as atividades de reprodução (no sentido de tirá-las da esfera doméstica). Essa “des-domesticação” pode tomar duas formas: a organização das atividades ditas de reprodução de uma maneira original ou a instauração de formas inéditas de produção e de relação ao trabalho (a economia plural mencionada na parte 1.2) que facilitam igualmente as atividades de reprodução. Essas atividades não se resumiriam mais às relações sociais de tipo doméstico, sem com isso serem relações sociais capitalistas. Essas práticas oferecem alternativas às duas armadilhas recorrentes da esfera reprodutiva: por um lado a gratuidade e por outro a mercantilização.

Muitas vezes, o tema da reprodução social não é suficientemente levado em conta nas discussões sobre as alternativas. A análise permanece focada na existência de uma esfera produtiva plural, enquanto a reprodução social se encontra na essência das práticas, e, por isso, merece um lugar central nas análises (Verschuur e Catarino 2013). Essa questão foi esboçada em um livro coletivo (Guérin, Hersent e Fraisse 2011), mas as contribuições feitas pela pesquisa feminista devem permitir um avanço maior. A seguinte lista, não exaustiva, de questões oferece algumas pistas iniciais para a reflexão e a análise.

- A definição de categorias (e eventualmente o abandono das categorias de produção / reprodução) é o primeiro grande desafio: não deveríamos ir além dos significados habituais (reprodução da força de trabalho) para adotar uma visão mais ampla e menos materialista, como por exemplo com a noção da reprodução ampliada da vida (Degavre 2011) ? Como definir as práticas cuja lógica essencial não é a

acumulação, mas a garantia dos meios de subsistência (Hillenkamp, Lapeyre e Lemaitre 2013) e para as quais a reprodução não é considerada como uma limitação mas um fim em si mesma? E como definir as práticas para as quais a oposição produção/reprodução, em última análise, não faz sentido? O conceito de provisioning (atividades necessárias à preservação da vida), que tem sido proposto desde os anos 90 por algumas economistas feministas para definir quais deveriam ser os objetivos da economia enquanto disciplina, não seria uma pista para visibilizar e clarificar as práticas da economia solidária? Como abordar e definir a diversidade de atividades que são geralmente consideradas como de reprodução, como o cuidado do outro, o cuidado com a natureza e o trabalho sexual? Como transformar as relações sociais que confinam as mulheres das categorias subalternas em atividades reprodutivas, e reforçam a sua exploração, em novas relações emancipatórias, através de atividades e de um trabalho digno e gratificante que tem o seu justo valor reconhecido socialmente e economicamente?

- Ora essencializadas por sua contribuição ao vínculo social, ora denunciadas enquanto fontes de opressão e dominação, as atividades de reprodução merecem ser pensadas em toda a sua complexidade: provavelmente mais do que em qualquer outra prática, elas combinam sentido da obrigação, altruísmo, mas também afeto e emoções positivas (Folbre 1995). Essa combinação é um resultado das construções sociais de gênero, que associam a feminidade à doação de si, e da atribuição prioritária de mulheres a essas atividades. O gênero possibilita a compreensão da maneira como essa forma de exploração do trabalho se mantém, mas também nos permite ir além de uma análise unicamente material, incluindo a reflexão sobre outros valores e se abrindo a outros olhares e a outras representações da riqueza. O estudo dessas práticas solidárias deve levar em consideração essa multiplicidade – e ambiguidade – da mesma forma que deve estar atento à maneira como essa multiplicidade se manifesta, em função não apenas do tipo de iniciativa, mas também das relações sociais que impulsionam essas práticas.

- Na análise dos efeitos produzidos, como combinar a diversidade dos critérios de apreciação e das escalas de análise com suas eventuais contradições? Na microescala, como pensar os efeitos dessas iniciativas na vida cotidiana das mulheres e homens, seja em termos de re-apropriação dos meios de produção e de reprodução ou

em termos de satisfação individual ou coletiva (ou inversamente, de privação e alienação), e de maneira mais ampla, em função de critérios que fazem sentido para as mulheres e os homens? Na macroescala, em que medida essas iniciativas contribuem à contestação da ordem dominante ou, pelo contrário, perpetuam ou mesmo reforçam os mecanismos estruturais da exploração e da hierarquia, seja do ponto de vista material das relações sociais ou do ponto de vista dos valores?

3.2 CAMINHOS MÚLTIPLOS PARA A EMANCIPAÇÃO

Quando consideramos a economia solidária a partir da perspectiva da reprodução, a análise das alternativas e da mudança social em uma economia plural se enriquece, suscitando novos questionamentos. A questão deixa de ser apenas a da viabilidade e do potencial emancipador das formas de organização da produção, do financiamento, dos intercâmbios ou do consumo baseados na igualdade, na solidariedade ou na proteção do meio ambiente (Sousa Santos e Rodríguez 2013). De maneira mais ampla, a questão trata dos caminhos múltiplos e correlacionados da emancipação. Esses podem seguir as vias “clássicas”, associadas a reorganização da esfera da produção e dos seus processos de institucionalização ou podem seguir outros caminhos, mais inovadores, que surgem da reorganização da esfera da reprodução. Uma série de questões emergem dessa dupla perspectiva, entre elas:

- Quais são as interações, positivas ou negativas, entre os diferentes “caminhos da emancipação”? Em que condições o modelo de uma esfera produtiva plural, baseado na primazia do princípio de reciprocidade, promove uma revalorização da reprodução, principalmente pela possibilidade de compartilhar ou socializar as atividades e de desdomesticá-las (ver Barbagallo e Federici 2013) ? Em quais casos a auto-organização das mulheres acaba servindo principalmente para responsabilizar as mulheres pelo trabalho de reprodução social de que o Estado se exonera? Existem casos onde podemos observar uma reorganização da reprodução social sem o questionamento das relações de exploração? Quais são os mecanismos ou fatores chaves (empoderamento coletivo, espaços de deliberação dentro de grupos, espaços femininos...) e quais atores/as (líderes locais, funcionários/as das ONGs de apoio, trabalhadores/as sociais...) permitem uma interação positiva entre a esfera produtiva plural e a revalorização da esfera reprodutiva? Quais são as contradições que podem existir precisamente nas diferentes

concepções de emancipação, inclusive dentro de organizações e de movimentos a favor das mulheres (por exemplo no feminismo liberal em comparação ao popular)?

- Então, como abordar essas interações? Será que elas recaem no âmbito da análise da intersecção entre as categorias de classe, gênero e raça, como mostram os estudos feministas? Seriam elas manifestas em termos de articulação entre as relações sociais capitalistas e as de tipo doméstico, e, nesse caso, em qual escala (não somente local e nacional, mas também transnacional; ver Verschuur 2013) ? Ou será que elas permitem a construção de novas relações sociais, e, nesse caso, como qualificá-las?

- Afinal, quais são, de um ponto de vista normativo, os critérios que permitem a definição desses caminhos como “alternativas”? Deveríamos nos interessar pela autonomia das mulheres, ligada principalmente à emergência de novas formas de ação política? Pelo controle financeiro e técnico dos meios de produção? Pela apropriação “não exploradora” do trabalho e do excedente econômico (Graham, Erden e Özselçuk 2013)? Pela revalorização do trabalho e pela criação de novas formas de riqueza? Trata-se, então, de examinar o fato que produzir de outra maneira permite, às atrizes e aos atores da economia solidária, uma valorização durável de seu trabalho, o que pode levar mesmo a uma contestação dos princípios de avaliação do mercado a partir de uma perspectiva crítica social e ecológica? Ou será que trata-se, principalmente, do reconhecimento das formas de trabalho invisíveis? Como, de maneira geral, combinar as perspectivas feministas com as de democratização da economia?

3.3 UMA RELAÇÃO MÚLTIPLA COM A POLÍTICA

Uma das particularidades das iniciativas de ES é a sua dimensão política. Porém, essa dimensão reveste formas diversas que são frequentemente invisíveis e desvalorizadas porque acontecem em níveis de ação pouco usuais e porque escapam das categorias de análise geralmente utilizadas. A ES e a pesquisa feminista convergem na ideia de levar em consideração essas diferentes formas de ação política, tanto em suas especificidades quanto em suas multiplicidades.

A ES se focaliza na deliberação que acontece em espaços públicos através de diferentes escalas. No nível local, trata-se de “espaços públicos de proximidade” (Eme e

Laville 2006), cujo papel possibilita que as diferentes partes interessadas possam construir conjuntamente os bens e serviços propostos (sua natureza, seu preço, o público alvo, etc.), criando assim uma alternativa à regulação pelo mercado, que se baseia unicamente na solvabilidade dos utilizadores e consumidores. Além disso, esses espaços podem representar um papel fundamental na socialização, conscientização, aprendizagem e no questionamento das identidades pelas mulheres (Guérin, Hersent e Fraisse 2011).

Em seguida, esses espaços de proximidade se articulam com espaços de nível intermediário, onde, na interação com os poderes públicos, as demandas da ES são aglutinadas e regulamentadas, como ilustram bem as redes brasileiras de economia solidária (França Filho 2006). O papel desses espaços consiste em institucionalizar as práticas, levá-las ao conhecimento do poder público, manifestar as possíveis necessidades não reconhecidas em uma escala maior, pesar na elaboração das políticas públicas ou de medidas legislativas e regulamentarias, ou ainda modificar as regras do jogo do mercado. Ao mesmo tempo, os processos de institucionalização comportam um risco real de instrumentalização e de distorção da ES pelos poderes públicos (Lemaître, Richer e França Filho 2011).

Os espaços públicos não são isentos de fragilidades e maus funcionamentos. Eles são constituídos de atritos, tensões e compromissos permanentes entre interesses individuais e coletivos, ente práticas locais e estruturas estabelecidas. Eles também supõem a existência de intermediários, de interfaces e de guias - indivíduos e organizações - cujo papel é ao mesmo tempo complexo e ambíguo.

Já na pesquisa feminista, a ênfase é dada à diversidade de formas de engajamento (relacionada com as diferentes adesões e imbricações entre gênero, classe, raça, etc.) e à diversidade de formas de feminismo, marcando assim sua diferença com a definição clássica dos movimentos sociais. Da mesma maneira, a análise feminista desacreditou a oposição público / privado, mostrando até que ponto são as responsabilidades domésticas das mulheres, de ontem e hoje, que as levam ao engajamento na luta política.

Nessa etapa da nossa reflexão, é necessário delinear duas formas (tipo ideal) de engajamento, das quais os seguintes exemplos são emblemáticos.

Por um lado, existem práticas econômicas alternativas que tentam, ao mesmo tempo, influenciar a política através do que poderíamos chamar de uma “reinvenção cultural da política”: essas iniciativas não visam derrubar a ordem patriarcal, nem o sistema “capitalista”, e se definem como “lugares onde sujeitos (homens e mulheres) constroem desde dentro, nesse território, soluções e esboços de novas relações entre homens e mulheres, sem esperar” (Verschuur, 2005, p. 52). Podemos citar o exemplo de grupos femininos que podemos encontrar em diversos países da África do Oeste sob o rótulo de Grupos de interesse econômico (GIE). Em suas atividades de artesanato, de produção ou de financiamento esses grupos defendem uma maior consideração dos seus direitos pelas municipalidades ou mesmo pelo Estado central. Podemos citar também o caso das cooperativas de produção que lutam pelo reconhecimento do preço justo de seus produtos (Charlier 2011) ou pela obtenção de finanças solidárias (Hillenkamp 2013a). Igualmente, podemos citar os casos das cantinas coletivas que reivindicam às autoridades públicas a utilidade social de suas atividades e a remuneração justa do trabalho das mulheres (Angulo 2011).

Por outro lado, observamos práticas de reivindicação e de luta, muitas vezes radicais, que são acompanhadas pela oferta de serviços concretos. Essa articulação pode ser o resultado de uma convicção profunda: a de que a mudança social supõe uma articulação permanente entre “luta e desenvolvimento” (Kabeer 2011). Ou de uma perspectiva mais pragmática, onde a oferta de serviços cotidianos é um fator determinante para a própria existência das lutas, especialmente quando elas são radicais, percebendo a conflitualidade como um elemento constitutivo da democratização, e inscritas no longo prazo. A luta política só é possível quando articulada à práticas que garantam a sobrevivência cotidiana daquelas e daqueles que participam (Rauber, 2002). Observamos aqui o papel da reprodução social no engajamento político, uma questão que é claramente sub-explorada.

Podemos citar o exemplo das recentes insurreições sociais por falta de alimentos, que têm como característica específica a capacidade de articular revolta e experimentação. Nesses casos, a denúncia dos mecanismos de opressão e exploração acontece simultaneamente à ações concretas, que oferecem vantagens materiais aos participantes ao mesmo tempo em que permitem a construção de novos repertórios de ação e de solidariedade que são necessários nesses momentos de revolta (Guérin e

Nobre, 2014). Outras formas de luta e de reivindicação têm a particularidade de se inscreverem no tempo longo e se articularem com formas de auto-organização: homens e mulheres devem inventar, reinventar e se apropriar dos modos populares de gestão das necessidades básicas, como a alimentação. O movimento dos Piqueteros na Argentina é emblemático dessa lógica. Nele combinam-se a ocupação do espaço público durante um longo período, especialmente através do bloqueio de ruas, e a administração das necessidades cotidianas das pessoas, através de cantinas populares, padarias, jardins, escolas maternais, grupos de prevenção da violência doméstica, etc. (Nobre & Freitas, 2011: 242). Igualmente, o movimento dos Indignados na Espanha responde às necessidades urgentes e diárias das populações locais e precárias, especialmente dos jovens, ao mesmo tempo em que contesta o sistema e o modifica através da “localização” da decisão econômica. Nessa economia política da resistência, a experiência prévia das mulheres em coletivos é indispensável para a sua participação ativa nos momentos mais duros dos confrontos.

A continuidade entre práticas econômicas, ações públicas e reivindicações políticas toma formas plurais que necessitam ser exploradas mais detalhadamente, tanto para poder documentar de maneira empírica o seu funcionamento cotidiano, quanto para renovar nossos parâmetros de análise da sua relação com o poder e a política. Duas questões são, nesse caso, essenciais. A primeira é relativa ao papel das mulheres, especialmente as subalternas, nessas iniciativas. A segunda trata da inclusão das reivindicações feministas nas agendas. Essa inclusão é diretamente relacionada à articulação, sempre complexa, entre essas reivindicações e as outras lutas e por conseguinte, com as alianças possíveis. Redes de ES enquanto redes feministas, ao menos algumas delas, permanecem majoritariamente indiferentes à essas iniciativas locais, ou mesmo as desprezam (Hersent e Guérin, 2014,). Renovar essas observações, introduzindo novas categorias de análise aptas a reconhecer a capacidade de inovação, é essencial. As pistas propostas aqui devem permitir, nós esperamos, avançar nessa direção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUINAGA, Margarita “La Economía Solidaria en Ecuador entre la Colonialidad del Poder y el Buen Vivir desde una mirada feminista crítica”. In *Revista de Economía Solidária* n° 7. Ponta Delgada: ACEESA, 2014. p. 116-149.

ANGULO, Nedda. “Cantines populaires: sécurité alimentaire et exercice de la citoyenneté au Pérou”. (Org.) GUÉRIN, Isabelle, HERSENT, Madeleine, FRAISSE, Laurent “Femmes, économie et développement: De la résistance à la justice sociale. Paris: IRD éditions, Erès, 2011. p. 221-236.

BARBAGALLO, Camille, FEDERICI, Silvia. “Travail domestique, du care, du sexe et migrations dans le contexte de la restructuration néo-libérale: de la politisation du travail reproductif”. In *Genre, migrations et globalisation de la reproduction sociale. Cahiers genre et développement. N° 9.* (Org.) VERSCHUUR, Christine, CATARINO, Christine. Paris: L’Harmattan, 2013. p. 421-430.

BARD, CHRISTINE. *Un siècle d’anti-féminisme.* Paris: Fayard, 1999.

BENERÍA, Lourdes. “Karl Polanyi, la Construcción del Mercado Global y la “Diferencia” de Género”. In *Mientras Tanto*, Vol. 71, 1998, p. 81-101.

BERGERON, Suzanne, HEALY, Stephen, “Beyond the Business Case. A Community Economy Approach to Gender, Development and Social Economy”. UNRISD Conference on Potential and Limits of Social and Solidarity Economy, Genève, 2013, 8-10 mai.

BISILLIAT, Jeanne. *La construction populaire au Brésil: une expérience à Sao Paulo.* Paris: Karthala; ORSTOM, 1995, p. 175.

BOUCHARD, Marie J. “Vers une évaluation multidimensionnelle et négociée de l’économie sociale”. In *Recma*, Vol. 292, 2004, p. 59-74.

CAILLÉ, Alain. “Présentation”. In *Revue du MAUSS semestrielle*, Vol. 06, 1995, p. 4-14.

CARNEIRO, Sueli. *Noircir le féminisme.* In *Nouvelles questions féministes.* Vol.24 n°2, 2005, Lausanne

CASTRO-GOMEZ, Santiago, GROSFUGUEL, Ramón. El Giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: IESCO-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007.

CATTANI, Antonio David. “Utopie”, LAVILLE, Jean-Louis, CATTANI, ANtonio David (Org.) Dictionnaire de l’autre économie, Paris: Gallimard, 2006, p. 652-661.

CHARLIER, Sophie. “Empoderamiento des femmes par l’économie populaire solidaire: participation et visibilité des femmes en Bolivie”, GUÉRIN, Isabelle. et al. (op. cit.), 2011, p.155-184.

CONNELL, Raewyn. Masculinities. Second Edition. Berkeley, CA: University of California Press, 2005.

CORNWALL, Andrea. Missing Men? Reflections on Men, Masculinities and Gender in GAD. IDS Bulletin Volume 31, Issue 2, 2000, p.18–27.

DELPHY, Christine. “L’ennemi principal”. In Partisans, n° spécial “Libération des femmes”, 1970.

CORAGGIO, Jose Luis. “Économie du travail”. In LAVILLE, Jean-Louis, CATTANI, Antonio David (Org.) Dictionnaire de l’autre économie, Paris: Gallimard, 2006, p. 313-325.

CORAGGIO, Jose Luis. “La economía social y solidaria como estrategia de desarrollo en el contexto de la integración regional latinoamericana”. In Revista de Economía Solidária, Vol. 2, 2010. p.12-23.

CÔTÉ, Denyse. “Difficiles convergences: mouvement des femmes et économie sociale, l’expérience québécoise”. In GUÉRIN, Isabelle, HERSENT, Madeleine, FRAISSE, Laurent (Org.) Femmes, économie et développement: De la résistance à la justice sociale. Paris: IRD éditions, Erès, 2011. p.289-312.

DEFOURNY, Jacques, NYSENS, Marthes. “L’approche EMES de l’entreprise sociale dans une perspective comparative”. In SOCENT Working Paper 2013/01, em parceria com EMES network, 2013.

DEGAVRE, Florence. “La pensée “femmes et développement”. Critique des fondements et pistes pour reconstruire un point de vue féministe croisé Nord/Sud”. In GUÉRIN, Isabelle, HERSENT, Madeleine, FRAISSE, Laurent (Org.) Femmes, économie et développement. De la résistance à la justice sociale, Paris, IRD éditions, ERES, 2011. p. 63-84.

DEGRAVE, Florence, LEMAÎTRE, Andreia. “Approches substantives de l’économie: des outils pour l’étude des organisations d’économie sociale”, Interventions économiques, Vol. 38, 2008. p. 1-16.

DESTREMAU, BLANDINE, VERSCHUUR, Christine (Org.). Féminismes décoloniaux, genre et développement. Revue Tiers Monde n°209, Numéro spécial, jan-mar. 2012.

DORLIN, Elsa (Éd.). Black Feminism. Anthologie du féminisme africain-américain, 1975-2000. Paris: L’Harmattan, 2008.

EME, Bernard, LAVILLE, Jean-Louis. “Économie solidaire (2)”. In LAVILLE, Jean-Louis, CATTANI, Antonio David (Org.), Dictionnaire de l’autre économie, Paris, Gallimard, 2006. p. 303-312.

FEDERICI, Silvia. “Reproduction et lutte féministe dans la nouvelle distribution internationale du travail”. In VERSCHUUR, Christine, avec REYSOO, Fenneke (Org.), Genre, mondialisation et pauvreté - Cahiers Genre et Développement 3. Paris, L’Harmattan, 2002. P. 45-73.

FERBER, Marianne, NELSON, Julie. Beyond economic man: feminist theory and economics. Chicago, The University of Chicago Press. 1993.

KABEER, Naila. Reversed Realities: Gender Hierarchies in Development Thoughts, London, Verso. 1987.

KABEER, Naila. “Necessary, Sufficient or Irrelevant? Women, Wages and Intra-Household Power Relations in Urban Bangladesh”. In: Institute of Development Studies Working Paper, n° 25, September. Sussex. 1995.

KERGOAT, Danielle. “Le rapport social de sexe. De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion”. In: Actuel-Marx, n° 30, PUF, 2001, p. 85-100.

LAMBERT, Agnès. “Les commerçantes maliennes du chemin de fer Dakar-Bamako”. In: EMMANUEL, Gregoire, LABAZÉE, Pascal (Org.), Grands commerçants d’Afrique de l’Ouest. Logiques et pratiques d’un groupe d’hommes d’affaires contemporains. Paris, Karthala-ORSTOM, 1993. p. 37-70.

La Voz de la Mujer, Periodico comunista-anárquico. 1997. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes. Préface M. Molyneux. (Parution originale 1896-1897)

LAVILLE, Jean-Louis (Org.). L’économie solidaire. Une perspective internationale. Paris, Hachette Littératures. 2007.

LAVILLE, Jean-Louis. Politique de l’association. Paris: Seuil. 2010.

LAVILLE, Jean-Louis. De la différence des sexes en économie politique, Paris, Ed. Des Femmes. 1997.

G. FRANÇA FILHO, 2002. “ Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária y Economia Popular: traçando fronteiras conceituais”, Bahia Análise & Dados, Vol. 12, n°1, pp. 9-19.

G. FRANÇA FILHO, 2006. “ Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocação”, G.C. FRANÇA FILHO, J.-L. LAVILLE, J.-P. MAGNEN, A. MEDEIROS (coord) Ação Pública e economia solidária – uma perspectiva internacional, Salvador, Porto Alegre, EDUFRGS/EDUFBA, pp. 259-267.

N. FRASER, 2013. “ Marchandisation, protection sociale, émancipation: vers une conception néo-polanyienne de la crise capitaliste”, I. HILLENKAMP, J.-L. LAVILLE (coord) Socioéconomie et démocratie. L’actualité de Karl Polanyi, Toulouse, Erès, pp. 39-63.

F. GASPARD, 2000. Les femmes dans les relations internationales. In: Politique étrangère n°3-4 - 65e année pp. 730-741.

J.K. GIBSON-GRAHAM, 2005. “Surplus Possibilities: Postdevelopment and Community Economies”, Singapore Journal of Tropical Geography, Vol. 26, n°1, pp. 4-26.

J.K. GIBSON-GRAHAM, E. ERDEM, C. ÖZSELÇUK, 2013. "Thinking with Marx For a Feminist Postcapitalist Politics", R. JAEGGI, D. LOICK (coord) *Marx' Kritik der Gesellschaft*, Berlin, Akademie Verlag,

GUBIN E., C. JACQUES F. ROCHEFORT, B. STUDER, F. THEBAUD et M. ZANCARINI-FOURNEL (dir), 2004. *Le siècle des féminismes*. Paris: Les Éditions de l'Atelier/Éditions ouvrières.

I. GUÉRIN, 2003. *Femmes et économie solidaire*. Paris: La Découverte, M.A.U.S.S.

I. GUÉRIN, M. HERSENT, L. FRAISSE (coord) (2011). *Femmes, économie et développement. De la résistance à la justice sociale*. Paris, érès, IRD.

I. GUÉRIN, M. NOBRE (2014, à paraître). "L'économie solidaire revisitée à la lumière du genre: outil de changement social ou reproduction de la subordination féminine ?", in: Ch.VERSCHUUR, I. GUERIN, H. GUETAT-BERNARD (eds). *Sous le développement, le genre ?* Marseille: IRD.

F. HAINARD F., Ch. VERSCHUUR. 2003. "Gender relations and grass-roots urban movements", in *International Social Science Review* n°177, August 2003, p. 473-488, UNESCO, Paris

F. HAINARD, Ch. VERSCHUUR, 2005. *Mouvements de quartier et environnements urbains. La prise de pouvoir des femmes dans les pays du Sud et de l'Est*, Karthala, Paris, 370 p.

M. HERSENT, I GUÉRIN, 2014. "Une approche internationale des initiatives des femmes dans l'ESS", in *Revista de Economia Solidária* n° 7. Ponta Delgada, ACEESA, p. 45-62.

P. HILL COLLINS, 2010. *La construction sociale de la pensée féministe*. In Verschuur Ch. (coord) 2010. *Genre, postcolonialisme et diversité des mouvements de femmes*. Cahiers Genre et Développement n°7. L'Harmattan. Paris, 500 p.

I. HILLENKAMP, 2013a. *L'économie solidaire en Bolivie: entre marché et démocratie*. Paris, Genève: Karthala, GIP.

- I. HILLENKAMP, 2013b. “Le principe de householding aujourd’hui. Discussion théorique et approche empirique par l’économie populaire”, I. HILLENKAMP, J.-L. LAVILLE (coord) *Socioéconomie et démocratie. L’actualité de Karl Polanyi*, Toulouse, Erès, pp. 215-239.
- I. HILLENKAMP, F. BESSIS, 2012. “L’innovation sociale par l’économie solidaire en Bolivie: une démocratisation des conventions de production et de genre”, *Innovations*, Vol. 2, n°38, pp. 85-105.
- I. HILLENKAMP, F. LAPEYRE, A. LEMAÎTRE (coord), 2013. *Securing Livelihoods. Informal Economy Practices and Institutions*. Oxford, Oxford University Press.
- A.O. HIRSCHMAN, 1995. *A propensity to self-subversion*. Cambridge Mass., London: Harvard University Press.
- N. KABEER, 2011. “Emploi informel, initiatives syndicales et genre”, I. GUÉRIN et al. (op. cit.), pp. 255-288.
- N. KABEER, 2001. *Conflicts over credit: re-evaluating the empowerment potential of loans to women in rural Bangladesh’*. *World Development*, vol 29, no.1
- N. KABEER, 1994, “Empowerment from Below: Learning from the Grassroots”, in N. KABEER, *Reve13*. “Avec Polanyi et Mauss. Vers une théorie de la démocratie et de l’économie plurielles”, I. HILLENKAMP, J.-L. LAVILLE (coord) *Socioéconomie et démocratie. L’actualité de Karl Polanyi*, Toulouse, Erès, pp. 271-300.
- A. LEMAÎTRE, 2013. “‘Popular Cooperatives’ and Local Development in South-East Brazil: Towards Socio-Economic Pluralism”, I. HILLENKAMP, F. LAPEYRE, A. LEMAÎTRE (coord) *Securing Livelihoods. Informal Economy Practices and Institutions*, Oxford, Oxford University Press, à paraître, pp. 25-46.
- A. LEMAÎTRE, M. RICHER, GENAUTO CARVALHO DE FRANÇA FILHO, 2011. “L’économie solidaire face à l’État en Amérique latine: les dynamiques contrastées du Brésil et du Venezuela”, *Revue Tiers Monde*, Vol. 208, pp. 159-175.
- M. LEÓN, 1980. *Mujer y capitalismo agrario*. ACEP-Bogota. 294 p.

B. MARAÑÓN-PIMENTEL (coord) (2012). Solidaridad económica y potencialidades de transformación en América Latina: una perspectiva descolonial. Buenos Aires, Concejo Latino-Americano de Ciencias Sociales (CLACSO).

N.-C. MATHIEU, 1985. L'arrondissement des femmes. Essais en anthropologie des sexes, Paris, Cahiers de l'Homme .

M. MAUSS, 1968 [1923]. "Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques", Sociologie et anthropologie, Paris, PUF, pp. 143-279.

C.T. MOHANTY, 1988. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. In Feminist Review. N° 30, pp. 61- 88

M. MOLYNEUX, S. RAZAVI, 2005. 'Beijing plus ten: an ambivalent record on gender justice', Development and Change 36(6): 983–1010

J. NELSON, 2012. "Poisoning the Well, or How Economy Theory Damages Moral Imagination", D.M. GEORGE, M. DEIRDRE (coord) Handbook on Professional Economic Ethics, Oxford, Oxford University Press (Drafted for submission),

M. NOBRE, 2006. "Femmes et économie solidaire (1)", J.-L. LAVILLE, A.D. CATTANI (coord) Dictionnaire de l'autre économie, Paris, Gallimard, pp. 398-409.

M. NOBRE et T. FREITAS (2011). "Possibilités et limites de la construction de l'égalité de genre dans l'économie solidaire", I. GUÉRIN et al. (op. cit.), pp. 237-254.

O. NÚÑEZ, 1996. La economía popular, asociativa y autogestionaria Managua: Centro para la Promoción, la Investigación y el Desarrollo Rural Social.

K. POLANYI, 1983 [1944]. La Grande Transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps. Paris: Gallimard.

E. POSTEL-COSTER, J. SCHRIJVERS (eds), 1980. A Woman's Mind is Longer than a Kitchen Spoon. Report on Women in Sri Lanka. Research Project Women and Development, Colombo-Leiden.

J. PRONK, 2000. "Women in Development, Advancing towards autonomy", The Hague, in J. BISILLIAT, Ch. VERSCHUUR, 2000, Cahiers Genre et Développement n°1, Paris

- A. QUIJANO, 2008. ““Solidaridad” y capitalismo colonial/moderno”, *Otra Economía*, Vol., n°2, pp. 12-16.
- I. RAUBER, 2002. “Mujeres Piqueteras: el caso de Argentina”, F. Reysoo (coord) *Economie Mondialisée et Identités de Genre*, UNESCO, Suisse.
- S. RAZAVI, 2012. “World Development Report 2012: Gender Equality and Development —An Opportunity both Welcome and Missed”, *Development and Change*, Vol. n°43, Issue 1, pp. 423–437.
- L. RAZETO, 1997. ‘Factor “C”’. Grupo de los 11. Escuela Cooperativa “Rosario Arjona” / CECOSOLA, Barquisimeto, ECV CECOSOLA.
- A.M. SARRIA ICAZA, L. TIRIBA, 2006. “Économie populaire”, J.-L. LAVILLE, A.D. CATTANI (coord) *Dictionnaire de l’autre économie*, Paris, Gallimard, pp. 258-268.
- M. SAUSSEY, 2014. Women’s collective action, solidarity and gender in Burkina Faso, in *Revista de Economía Solidária* n° 7. Ponta Delgada, ACEESA, p. 101-115
- J.-M. SERVET, 2013. “Le principe de réciprocité aujourd’hui. Un concept pour comprendre et construire l’économie solidaire”, I. HILLENKAMP, J.-L. LAVILLE (coord) *Socioéconomie et démocratie. L’actualité de Karl Polanyi*, Toulouse, Erès, pp. 187-213.
- B. SOUSA SANTOS, C. RODRÍGUEZ GARAVITO, 2013. “Alternatives économiques: les nouveaux chemins de la contestation”, I. HILLENKAMP, J.-L. LAVILLE (coord) *Socioéconomie et démocratie. L’actualité de Karl Polanyi*, Toulouse, Erès, pp. 127-147.
- D. TEMPLE, F. LAYME, J. MICHAUX, M. GONZALES, E. BLANCO, 2003. *Las estructuras elementales de la reciprocidad*. La Paz: Plural.
- L. TILLY, J. SCOTT, 1978 [2002] *Les femmes, le travail et la famille*, Paris, Payot et Rivages
- F. TRISTAN, 1838 [1979]. *Les Pérégrinations d’une Paria*, François Maspéro/La Découverte

P. VAN GRIETHUYSEN, 2010. "Pourquoi le développement durable s'est-il imposé là où l'écodéveloppement a échoué ? Débats pour la suite du monde", Y.-M. ABRAHAM, L. MARION, H. PHILIPPE (coord) Développement durable ou décroissance soutenable ?, Montréal, Ecosociété, pp. 60-79.

G. VÁZQUEZ, 2013. "Self-Managed Work, Social Protection, and Community Development: The Case of the UST Cooperative (Argentina)", I. HILLENKAMP, F. LAPEYRE, A. LEMAÎTRE (coord) Securing Livelihoods. Informal Economy Practices and Institutions, Oxford, Oxford University Press, pp. 64-77.

Ch. VERSCHUUR (coord), 2000. Quel genre d'homme? Construction sociale de la masculinité, relations de genre et développement, Actes des colloques de l'IUED, Commission nationale suisse pour l'UNESCO – DDC – IUED, Genève-Berne, 190p.

Ch. VERSCHUUR, 2005. "Mouvements de base, genre et justice sociale, réinvention culturelle du politique", in F. HAINARD F., Ch. VERSCHUUR, Mouvements de quartier et environnements urbains, La prise de pouvoir des femmes dans les pays du Sud et de l'Est, Karthala – ENDA Diapol, Paris, 370 p., p. 49-83

Ch. VERSCHUUR, 2012, "Raccommodages de la pauvreté ou engagements féministes dans les quartiers populaires de San Cayetano et Gamboa en Amérique latine", in Autrepart (61), 2012, p. 175-190, Paris

Ch. VERSCHUUR, 2013. Reproduction sociale et care comme échange économique-affectif. L'articulation des rapports sociaux dans l'économie domestique et globalisée. In Ch. VERSCHUUR, Ch. CATARINO (coord) 2013. Genre, migrations et globalisation de la reproduction sociale. Cahiers Genre et Développement n°9, L'Harmattan, Genève – Paris, 430 p., p.23-39

Ch. VERSCHUUR, F. REYSOO F. (coord), 2005. Genre, nouvelle division internationale du travail et migrations, Cahiers Genre et Développement n°5, L'Harmattan, Genève - Paris, 352 p.

M. VIVEROS, 2002. De quebradores y Cumplidores. Sobre hombres, masculinidades y relaciones de Género en Colombia. Universidad Nacional/Fundación Ford/Profamilia, Colombia

W. WALLER, A. JENNINGS, 1991. “A Feminist Institutional Reconsideration of Karl Polanyi”, *Journal of Economic Issues*, Vol. 25, n°2, pp. 485-497.

F. WANDERLEY, 2014. “El autoempleo y la asociatividad en Bolivia. Vías asociativas para la inserción laboral de mujeres en área urbana”, in *Revista de Economía Solidária* n° 7,. Ponta Delgada, ACEESA, p. 65- 98

F. WANDERLEY, 2013. “El Concepto de Pluralidad Económica: una Lectura desde Bolivia”. Ponencia elaborada para el XXIX Congreso latinoamericano de sociología, Santiago de Chile.

A. YPEIJ, 2002. “Ateliers collectifs: une alternative pour les femmes dans les quartiers pauvres de Lima”, C. VERSCHUUR, F. REYSOO (coord) *Genre, mondialisation et pauvreté*, Paris, L’Harmattan, pp. 99-105.